

Centro e direita não querem a soberania

A tese da soberania absoluta da Constituinte, reivindicada pelos xiltas, pode ser aprovada e decidida amanhã na votação do Regimento Interno, que inclui, entre as proposições, o projeto de decisão, permitindo a mudança da Constituição atual por maioria absoluta de votos.

Esse dispositivo facilitou o acordo para que os xiltas do PMDB votassem contra a convocação do ministro da Fazenda, Dilson Funaro. Os xiltas do Grupo Pró-Soberania não conseguiram, porém, evitar o controle do projeto de decisão pela Comissão de Sistematização.

As informações reservadas são de que o primeiro projeto de decisão da Assembleia será a revogação das medidas de emergência e do estado de sítio, considerados restritivos ao funcionamento da Constituinte.

SURPRESA

Os líderes do PFL, senador Carlos Chiarelli (RS) e deputado José Lourenço (BA) foram surpreendidos com a criação do projeto de decisão, não incluído no substitutivo que lhes foi entregue na noite de sexta-feira como o projeto "quase definitivo". Ambos são contrários a essa proposta, considerada muito perigosa.

Chiarelli e Lourenço decidiram criar uma comissão especial para analisar o Regimento, presidida pelo senador Marcondes Gadelha (PB). "Vamos meter a lupa nisso" — observou Lourenço. Esse cuidado, porém não foi o suficiente para acalmar a irritação de grande parte da bancada do PFL com a proposta, julgada como extremamente favorável ao PMDB. Há inclusive, quem defenda a retirada da bancada do plenário.

Outro ponto que o PFL deseja colocar em debate é a manutenção do pinga-fogo (discursos rápidos de cinco minutos). O líder Chiarelli observou que nos últimos quatro dias nenhum discurso do pinga-fogo tratou de temas constitucionais. A maioria dos pronunciamentos foi sobre a crise econômica.

Vários deputados do PFL estão também pressionando a suas lideranças para que seja revista as atribuições da Comissão de Sistematização, que, na prática, substituiria a Grande Comissão defendida pelo Presidente do PMDB, deputado Ulvsses Guimarães (SP). As outras comissões se transformariam, pelo Regimento, em meras assessorias.

CONTROLE

O § 7.º do artigo 58, tem a seguinte redação:

"Os projetos de decisões destinam-se a regular a matéria de relevância para a Assembleia Nacional Constituinte, necessitando ter o apolamento de 1/3 dos Constituintes e serão submetidas a parecer prévio da Comissão de Sistematização que o fará no prazo de cinco dias, cabendo ao plenário, em dois turnos de discussão e votação, e por maioria absoluta, a decisão final, sendo arquivado, definitivamente, se receber parecer contrário".

Esse projeto de decisão permitirá, na prática, a revogação de qualquer dispositivo constitucional, desde que considerada "matéria de relevância" para a Constituinte. Os xiltas estão convencidos de que ganharam a questão porque foi aceito o princípio da soberania absoluta, mas os moderados do PMDB — os diretamente vinculados ao Governo — acham que venceram.

O encaminhamento a plenário dependerá da Comissão de Sistematização, onde o PMDB equilibrará as duas correntes — xiltas e moderados — mas espera que representantes de outros Partidos — PFL, PDS, PL, PDC, PTB — evitem qualquer emenda inconveniente. Os moderados do PMDB e esses parlamentares dos outros Partidos seriam ampla maioria na Comissão de Sistematização.